



Leis e Decretos

ATOS DO PREFEITO

LEI Nº 3.578, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal - FUMBEA.

O Prefeito do Município de Hortolândia, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

FINALIDADE

Art. 1º Fica criado o Fundo Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal - FUMBEA, que tem por finalidade captar e aplicar recurso visando o financiamento, investimento, expansão, implantação e aprimoramento das ações voltadas à proteção e bem-estar dos animais, bem como o implemento do controle de natalidade e de medidas de prevenção de zoonoses e demais moléstias.

Art. 2º O FUMBEA é vinculado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, tendo sua gestão realizada pela Diretoria Administrativa, em articulação com o Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais - CMPDA.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 3º Os recursos do FUMBEA serão destinados a ações, programas e projetos que contemplem os seguintes objetivos:

I - incentivo da posse responsável dos animais, assegurando-lhes condições dignas de vida e o cumprimento do direito à saúde, ao abrigo, alimentação adequada, água potável, vacinas e espaço físico adequado ao seu deslocamento e desenvolvimento;

II - apoio, financiamento e investimento em programas e projetos relativos ao bem-estar dos animais;

III - implantação e desenvolvimento de programas de controle da natalidade, que contemplem esterilização permanente por cirurgia, registro, identificação, recolhimento, manejo e/ou destinação de cães e gatos;

IV - fiscalização e aplicação da legislação relativa à proteção e controle, bem como aquelas relativas à criação, comercialização, propriedade, posse, guarda, uso, transporte e tráfego e demais normas concernentes aos animais domésticos e domesticados;

V - apoio a programas e projetos que visem defender, oferecer tratamento e destinação aos animais;

VI - promoção de medidas e campanhas educativas e de conscientização;

VII - informação e divulgação de ações, campanhas, programas, projetos, medidas preventivas e profiláticas, normas, princípios e preceitos voltados à proteção e ao bem-estar animal;

VIII - capacitação de agentes, funcionários, profissionais de pessoas jurídicas de direito público ou privado e membros de órgãos ou representantes de entidades legalmente constituídas no município, para fins de proteção e bem-estar animal.

CAPÍTULO III

DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Art. 4º À Diretoria Administrativa do Fundo Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal compete:

I - elaborar a proposta orçamentária do Fundo, submetendo à apreciação do Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais - CMPDA, antes de seu encaminhamento às autoridades competentes;

II - organizar o plano anual de trabalho e cronograma de aplicação de recursos, de acordo com os critérios e prioridades definidas pelo CMPDA;

III - celebrar convênios, acordos ou contratos, observada a legislação pertinente, com entidades públicas ou privadas, visando à execução das atividades custeadas com recursos do Fundo;

IV - ordenar despesas com recursos do Fundo, respeitada a legislação pertinente;

V - outras atribuições que lhe sejam pertinentes, na qualidade de gestão do Fundo e de acordo com a legislação específica;

VI - acompanhar, semestralmente, o balanço financeiro das aplicações dos recursos, prestando contas aos órgãos competentes;

VII - administrar e representar o Fundo, inclusive em Juízo.

Art. 5º Ao Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais - CMPDA compete:

I - fiscalizar a aplicação dos recursos;

II - elaborar o Regimento Interno, conferindo atribuições aos integrantes da Diretoria Administrativa;

III - apreciar os relatórios técnicos e as prestações de contas;

IV - outras atribuições que lhe forem pertinentes na forma da legislação pertinente.

Art. 6º A Diretoria Administrativa do Fundo Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal terá a seguinte composição:

I - Presidência;

II - Secretaria;

III - Tesouraria.

§1º Os membros da Diretoria Administrativa, serão indicados pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e nomeados pelo Prefeito.

§2º A Diretoria Administrativa será composta, obrigatoriamente, por servidores públicos municipais, titulares de cargos de provimento efetivo, em sua maioria, sendo a sua participação não remunerada.

§3º O mandato da Diretoria Administrativa será pelo prazo de 2 (dois) anos, prorrogável uma única vez, por igual período.

§4º Compete ao Presidente representar o Fundo Municipal ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele.

CAPÍTULO IV

DAS RECEITAS

Art. 7º Constitui receitas do FUMBEA:

I - emendas parlamentares;

II - recurso de origem orçamentária da União e do Estado;

III - recursos provenientes de repasses previstos em legislação específica de proteção e bem-estar animal;

IV - doações, legados ou subvenções de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;

V - recursos provenientes de acordos, contratos, consórcios e convênios, termos de cooperação e outras modalidades de ajuste;

VI - transferências ou repasses financeiros provenientes de convênios celebrados com os governos federal e estadual, destinados à execução de planos e programas de interesse comum no que concerne às ações de promoção da proteção e bem-estar animal;

VII - recursos provenientes de Termos de Ajustamento de Conduta - TAC firmados pelo Município, bem como os valores aplicados em decorrência do seu descumprimento;

VIII - recursos provenientes da arrecadação de multas impostas por infração à legislação de proteção aos animais e às normas de criação, comercialização, propriedade, posse, guarda, uso, transporte, tráfego, e normas referentes aos animais domésticos e domesticados no Município;

IX - recursos provenientes de arrecadação das taxas de registro e identificação de animais domésticos e domesticados (RGA - Registro Geral Animal) e demais taxas aplicáveis à matéria;

X - rendimentos obtidos com a aplicação de seu próprio patrimônio;

XI - empréstimos nacionais, internacionais recursos provenientes de ajuda e cooperação internacional e de acordos intergovernamentais;

XII - outras receitas eventuais.



Diário Oficial Eletrônico

Município de Hortolândia

Ano II | Edição Nº 0416

Hortolândia, terça-feira, 04 de dezembro de 2018.

Parágrafo único. Os recursos destinados ao FUMBEA serão contabilizados como receita orçamentária e a ele alocados por meio de dotação consignadas na lei orçamentária ou de créditos adicionais, obedecendo a sua aplicação as normas gerais de direito financeiro.

Art. 8º Os recursos do FUMBEA serão movimentados, obrigatoriamente, em conta corrente específica de instituição financeira e serão administrados pela Diretoria Administrativa e aplicados no financiamento de projetos e programas que atendam os objetivos e diretrizes previstos nesta Lei, após aprovação pelo Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais - CMPDA, do município.

§ 1º Os ativos e bens adquiridos com recursos financeiros do FUMBEA integrarão o patrimônio do Município de Hortolândia.

§ 2º A contabilidade do FUMBEA obedecerá as normas da contabilidade da Prefeitura Municipal de Hortolândia e todos os relatórios gerados para a sua gestão passarão a integrar a contabilidade geral do Município.

§ 3º O saldo positivo, apurado ao final do exercício, será transferido para o exercício seguinte.

Art. 9º A aplicação dos recursos do FUMBEA obedecerá o cronograma aprovado pelo Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais - CMPDA, mediante a apresentação de projetos pela Diretoria Administrativa.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Os carnês do IPTU - Imposto Predial Territorial Urbano, dos imóveis situados no Município, conterão um boleto de contribuição anual e facultativa, no valor equivalente a 3 (três) unidades fiscais do Município (UFMH) a ser revertido ao FUMBEA.

Art. 11. As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Hortolândia, 29 de novembro de 2018.

ANGELO AUGUSTO PERUGINI

PREFEITO MUNICIPAL

(Publicado nos termos do artigo 108 e parágrafos, da Lei Orgânica Municipal de Hortolândia)

IEDA MANZANO DE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoal

DECRETO Nº 4.080, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2018.

"Fixa as datas de vencimento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU para o Exercício de 2019 e dá outras providências"

ANGELO AUGUSTO PERUGINI, Prefeito do Município de Hortolândia, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e,

CONSIDERANDO a necessidade de fixar os prazos de vencimento do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana- IPTU- promovendo-lhe a adequada divulgação a fim de conferir ampla publicidade;

CONSIDERANDO, os elementos constantes no Processo Administrativo PMH nº 17210/2018.

DECRETA

Art. 1º As datas de vencimento do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana- IPTU, relativas ao exercício de 2019, ficam assim estabelecidas:

I- para pagamento em cota única: 01 de março de 2019;

II- para pagamento parcelado: todo dia primeiro de cada mês, sendo que o vencimento da primeira parcela dar-se-á em 01 de março de 2019.

§ 1º A quantidade de parcelas em que se divide o lançamento, observado o máximo de 10 (dez) parcelas mensais e consecutivas;

§ 2º A parcela mínima, quando o lançamento for dividido nos termos do § 1º do presente artigo, para o exercício de 2019 será de 13 (treze) UFMH'S, portanto valor acima descrito como mínimo no parágrafo único do artigo 265 da Lei nº 1.801/2006, e alterado pela Lei Complementar nº 63, de 11 de agosto de 2014.

§ 3º Caso o número de parcelas não for exato, utilizar-se-á o número natural anterior à parte inteira do resultado obtido, podendo haver diferença de valores entre as parcelas, respeitando-se, dessa forma, as regras de arredondamento matemático e seu valor deverá conter 2 (duas) casas decimais.

Art. 2º Sendo o vencimento dia não útil, entendendo-se os sábados, domingos e feriados, ou em dia em que não haja expediente bancário, o vencimento será prorrogado para o 1º (primeiro) dia útil subsequente.

Art. 3º Os lançamentos adicionais e substitutivos realizados no decorrer do exercício, inclusive aqueles provenientes de revisões deferidas, terão seus vencimentos e quantidade de parcelas determinados conforme os respectivos avisos de lançamento e guias de arrecadação.

Art. 4º Os processos administrativos referentes ao IPTU de 2019 deverão ser protocolizados junto ao Protocolo Geral, impreterivelmente, sob pena de que seja decretada a perempção, até a data de vencimento da cota única e/ou 1ª (primeira) parcela, tendo seu termo inicial contado a partir da data em que se considera o contribuinte notificado do lançamento nos termos do artigo 5º do presente Decreto.

§ 1º O prazo a que alude o *caput* se aplica igualmente aos requerimentos que tenham por objeto o reconhecimento inicial de isenção condicional.

§ 2º Nos casos de renovação aplica-se as disposições do § 1º do artigo 254 da Lei nº 1.801/2006.

§ 3º Nos pedidos administrativos iniciais relativos ao IPTU de 2019, somente serão analisados se e somente se o contribuinte e/ou seu procurador, conjuntamente com o requerimento inicial, pelo menos, os seguintes documentos:

I- Pessoas Naturais:

a) Cópia simples, nítida e legível do documento de identidade original- devendo ser apresentado no momento da assinatura, que o identifique, com fotografia, tais como: passaporte de nacionalidade brasileira, carteira e cédula de identidade expedida pelas Secretarias de Segurança Pública, pelo Instituto de Identificação, pelas Forças Armadas, pelas Polícias Militares, pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional: OAB, CREA, CRM, CRECI etc., Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia, na forma da Lei n. 9.503/97);

b) Cópia simples, nítida e legível do comprovante de endereço atual;

c) Procuração assinada, caso o pedido seja feito por procurador, bem como seu documento de identificação, nos moldes da alínea "a" do presente inciso.

II- Pessoas Jurídicas:

a) Cópia simples do contrato social e sua última alteração;

b) Cartão de CNPJ;

c) Cópia simples dos documentos dos sócios que os identifique, com fotografia, tais como: passaporte de nacionalidade brasileira, carteira e cédula de identidade expedida pelas Secretarias de Segurança Pública, pelo Instituto de Identificação, pelas Forças Armadas, pelas Polícias Militares, pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional: OAB, CREA, CRM, CRECI, CRC etc., Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia, na forma da Lei n. 9.503/97).

d) Procuração assinada, caso o pedido seja feito por procurador, bem como seu documento de identificação, nos moldes da alínea "c" do presente inciso.